

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	69

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	114.181.880
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>114.181.880</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	25/02/2015	Dividendo	27/03/2015	Ordinária		0,43295
Assembleia Geral Extraordinária	31/03/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,01670
Assembleia Geral Extraordinária	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,01967
Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2015	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2016	Ordinária		0,01967
Reunião do Conselho de Administração	25/09/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		0,28374
Assembleia Geral Ordinária	04/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2016	Ordinária		0,02488

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	701.745	841.559	797.907
1.01	Ativo Circulante	163.673	162.156	247.051
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.169	41.572	195.356
1.01.03	Contas a Receber	21.329	19.530	18.285
1.01.03.01	Clientes	21.329	19.530	18.285
1.01.04	Estoques	0	1.669	847
1.01.07	Despesas Antecipadas	924	948	924
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	92.251	98.437	31.639
1.01.08.03	Outros	92.251	98.437	31.639
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	7.463	6.158	1.771
1.01.08.03.02	Contas a Receber - partes relacionadas	29.022	33.453	18.289
1.01.08.03.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	55.702	58.734	11.541
1.01.08.03.04	Outros	64	92	38
1.02	Ativo Não Circulante	538.072	679.403	550.856
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	304.810	400.765	278.506
1.02.01.06	Tributos Diferidos	50.646	46.414	42.444
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.646	46.414	42.444
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	14
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	253.201	354.230	235.955
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	253.201	354.230	235.955
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	963	121	93
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	963	121	93
1.02.03	Imobilizado	975	1.028	439
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	975	1.028	439
1.02.04	Intangível	232.287	277.610	271.911
1.02.04.01	Intangíveis	232.287	277.610	271.911

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	701.745	841.559	797.907
2.01	Passivo Circulante	276.683	242.679	65.274
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.557	3.492	2.831
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.557	3.492	2.831
2.01.02	Fornecedores	4.649	4.835	5.357
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.649	4.835	5.357
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.295	15.265	16.816
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.687	13.645	15.266
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.176	11.846	13.382
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	1.511	1.799	1.884
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.608	1.620	1.550
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	181.335	172.103	9.456
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	428	286	29
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	428	286	29
2.01.04.02	Debêntures	180.907	171.817	9.427
2.01.05	Outras Obrigações	19.606	19.211	14.500
2.01.05.02	Outros	19.606	19.211	14.500
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.324	4.913	1.716
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	2.975	2.464	2.068
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	8.634	8.075	7.637
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	8	185	100
2.01.05.02.07	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	3.281	3.331	2.756
2.01.05.02.08	Outros	384	243	223
2.01.06	Provisões	56.241	27.773	16.314
2.01.06.02	Outras Provisões	56.241	27.773	16.314
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	56.241	27.773	16.314
2.02	Passivo Não Circulante	241.719	407.931	543.864
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	157.767	309.289	447.671
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	355	782	92

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	355	782	92
2.02.01.02	Debêntures	157.412	308.507	447.579
2.02.02	Outras Obrigações	13.211	18.669	24.176
2.02.02.02	Outros	13.211	18.669	24.176
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	13.211	18.669	24.176
2.02.04	Provisões	70.741	79.973	72.017
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	937	967	1.052
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	34	24	49
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	903	943	1.003
2.02.04.02	Outras Provisões	69.804	79.006	70.965
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	66.525	76.594	68.697
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	3.279	2.412	2.268
2.03	Patrimônio Líquido	183.343	190.949	188.769
2.03.01	Capital Social Realizado	117.655	117.655	117.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	65.358	72.964	70.784
2.03.04.01	Reserva Legal	23.532	23.532	23.532
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	41.826	49.432	47.252

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	341.861	373.161	334.581
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-177.465	-191.863	-167.622
3.03	Resultado Bruto	164.396	181.298	166.959
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.265	-20.061	-10.286
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.526	-20.482	-10.615
3.04.02.01	Despesas Gerais e administrativas	-22.452	-18.965	-9.947
3.04.02.02	Remuneração da administração	-1.941	-1.404	-575
3.04.02.03	Tributárias	-133	-113	-93
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	261	421	329
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	140.131	161.237	156.673
3.06	Resultado Financeiro	-18.559	-14.603	-20.971
3.06.01	Receitas Financeiras	52.408	51.252	27.919
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.967	-65.855	-48.890
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	121.572	146.634	135.702
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.264	-46.773	-43.603
3.08.01	Corrente	-42.496	-50.743	-51.703
3.08.02	Diferido	4.232	3.970	8.100
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	83.308	99.861	92.099
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	83.308	99.861	92.099
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,66630	0,79860	0,80660
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,66630	0,79860	0,80660

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	83.308	99.861	92.099
4.03	Resultado Abrangente do Período	83.308	99.861	92.099



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	206.101	183.838	171.168
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	200.637	185.524	168.598
6.01.01.01	Lucro Líquido	83.308	99.861	92.099
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-4.232	-3.970	-8.100
6.01.01.05	Aumento (redução) das provisões parra riscos cíveis e trabalhistas	59	-43	557
6.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	0	20	49
6.01.01.07	Provisões para Manutenção em Rodovias	29.804	14.404	17.244
6.01.01.08	Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	9.052	5.096	4.134
6.01.01.09	Baixa de Ativo Permanente	743	369	282
6.01.01.10	Depreciação e amortização	71.857	51.828	44.059
6.01.01.11	Juros e variações monetárias de Debêntures	55.810	57.317	38.552
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de Mútuos	-44.340	-39.088	-21.488
6.01.01.13	Juros e variações monetárias de Empréstimos	56	0	0
6.01.01.14	Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	3.079	2.443	3.133
6.01.01.15	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-4.559	-2.713	-1.923
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.464	-1.686	2.570
6.01.02.01	Contas a Receber	-1.799	-1.460	-2.323
6.01.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	-125	0	0
6.01.02.03	Estoques	1.669	-822	-17
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	644	-10	-220
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	6.287	2.045	4.259
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-842	-28	-5
6.01.02.07	Fornecedores	5.081	-294	-650
6.01.02.08	Fornecedores - Sociedades Ligadas	694	575	705
6.01.02.09	Obrigações Sociais	1.065	661	407
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	33.861	30.313	30.344
6.01.02.11	Cauções Contratuais	-782	396	81
6.01.02.12	Credores pela Concessão	2	24	-345
6.01.02.13	Outros	-36	85	56

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuicao Social Pagos	-40.194	-33.079	-29.418
6.01.02.15	Aumento (Redução) das provisões para riscos cíveis e trabalhistas	-89	-42	-268
6.01.02.16	Outros Créditos	28	-50	-36
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-44.882	-103.762	-19.944
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-309	-463	-133
6.02.02	Adições ao Intangível	-51.223	-58.250	-37.192
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-60.699	-57.331	-73.743
6.02.04	Resgate sobre as Aplicações Financeiras	67.349	12.282	91.124
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-153.622	-233.860	-87.902
6.03.01	Captações	0	-98.934	245.948
6.03.04	Pagamentos Credores pela Concessão	-7.980	-7.536	-7.038
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-81.831	-89.584	-69.317
6.03.07	Debêntures - Pagamento de Principal	-136.000	0	-221.481
6.03.08	Debêntures - Pagamento de Juros	-62.435	-33.999	-29.322
6.03.09	Mútuo - Principal	51.108	0	0
6.03.10	Mútuo - Juros	92.166	0	0
6.03.11	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-8.309	-3.685	-6.643
6.03.12	Empréstimos, Financiamentos - Pagamento de Principal	-284	-120	-36
6.03.13	Empréstimos, Financimanetos - Pagamentos de Juros	-57	-2	-13
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.597	-153.784	63.322
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.572	195.356	132.034
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.169	41.572	195.356

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	72.964	0	0	190.949
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	72.964	0	0	190.949
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-49.432	-41.482	0	-90.914
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.432	-32.399	0	-81.831
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.083	0	-9.083
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	83.308	0	83.308
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	83.308	0	83.308
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.826	-41.826	0	0
5.06.04	Dividendo Adicional Proposto	0	0	41.826	-41.826	0	0
5.07	Saldos Finais	117.655	330	65.358	0	0	183.343

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-47.252	-50.429	0	-97.681
5.04.06	Dividendos	0	0	-47.252	0	0	-47.252
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.097	0	-8.097
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	-42.332	0	-42.332
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	99.861	0	99.861
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	99.861	0	99.861
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	49.432	0	190.949

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	55.758	0	0	173.743
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	55.758	0	0	173.743
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	11.595	-88.668	0	-77.073
5.04.06	Dividendos	0	0	-35.657	0	0	-35.657
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.756	0	-7.756
5.04.08	Dividendos Propostos	0	0	0	-33.660	0	-33.660
5.04.09	Dividendo Adicional Proposto	0	0	47.252	-47.252	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.431	88.668	0	92.099
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	92.099	0	92.099
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	3.431	-3.431	0	0
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	3.431	-3.431	0	0
5.07	Saldos Finais	117.655	330	70.784	0	0	188.769

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.01	Receitas	371.812	403.102	362.677
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	343.262	342.833	321.780
7.01.02	Outras Receitas	2.350	2.274	2.126
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	26.200	57.995	38.771
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-102.179	-138.237	-120.300
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-81.874	-121.317	-103.526
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.979	-9.379	-5.765
7.02.04	Outros	-8.326	-7.541	-11.009
7.02.04.01	Custo da Concessão	-8.267	-7.626	-10.719
7.02.04.02	Outros	-59	85	-290
7.03	Valor Adicionado Bruto	269.633	264.865	242.377
7.04	Retenções	-71.857	-51.828	-44.059
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.857	-51.828	-44.059
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	197.776	213.037	198.318
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.669	51.673	28.248
7.06.02	Receitas Financeiras	52.408	51.252	27.919
7.06.03	Outros	261	421	329
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	250.445	264.710	226.566
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	250.445	264.710	226.566
7.08.01	Pessoal	22.852	17.528	12.771
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.919	12.447	9.358
7.08.01.02	Benefícios	5.138	3.873	2.676
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.795	1.208	737
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	74.020	80.341	74.382
7.08.02.01	Federais	56.711	63.072	58.207
7.08.02.02	Estaduais	28	18	16
7.08.02.03	Municipais	17.281	17.251	16.159
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	70.265	66.980	47.314
7.08.03.01	Juros	57.414	58.158	41.486

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.08.03.02	Aluguéis	3.799	3.726	1.694
7.08.03.03	Outras	9.052	5.096	4.134
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	83.308	99.861	92.099
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.083	8.097	7.756
7.08.04.02	Dividendos	32.399	42.332	33.660
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.826	49.432	50.683

## Relatório da Administração



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA AUTOVIAS S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autovias S.A. (“Companhia” ou “Autovias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

#### CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 01 de setembro de 1998 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pela SP-255 Rod. Antônio Machado Sant’anna (Ribeirão Preto - Entroncamento com a SP- 328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - Entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão – Entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - Entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto – entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - Entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação; e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:



**Relatório da Administração**

<b>Nome da praça</b>	<b>Localização</b>	<b>Tarifa (R\$)</b>
São Simão	SP 330 / Km 281	6,40
Batatais	SP 334 / Km 344	8,10
Guatapar	SP 255 / Km 45,5	12,60
Restinga	SP 334 / Km 374,5	8,10
Santa Rita do Passa Quatro	SP 330 / Km 253	6,40

**EVENTOS RELEVANTES**

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM teve como objeto a alterao (i) do ndice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, de ndice Geral de Preço de Mercado (“IGP-M”) para ndice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificao da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposio, decorrentes da utilizao do novo ndice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobrada pela Companhia, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5 (quinto) ano.

Essa modificao foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1 de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberao Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberao autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01/07/2013 pelo ndice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários.

O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposio do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilizao de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementao de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilizao de créditos em

## Relatório da Administração



favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 10 de janeiro de 2015, foi publicado no Diário Oficial do Estado o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. O Referido TAM teve como objeto aprovar a 8ª adequação do cronograma físico-financeiro do Contrato de Concessão, ficando reconhecido o desequilíbrio da equação econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

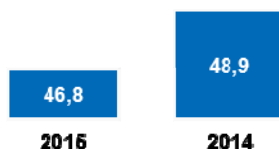
### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Tráfego

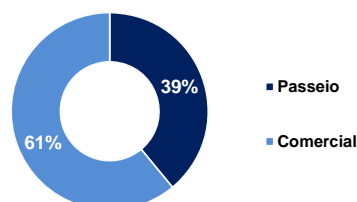
O tráfego pedagiado registrou 46,8 milhões veículos equivalentes em 2015, uma queda de 4,4% , se comparado em relação a igual período de 2014. Além dos fatores históricos que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas, a desaceleração da atividade econômica brasileira, queda de consumo, de renda e de produção industrial e aumento na taxa de desemprego, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, contribuíram para a significativa queda.

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2015 foi de 61% de veículos pesados e 39% de veículos leves.

**Tráfego Pedagiado**  
Veículos Equivalentes (milhões)



**Composição do Tráfego**  
2015

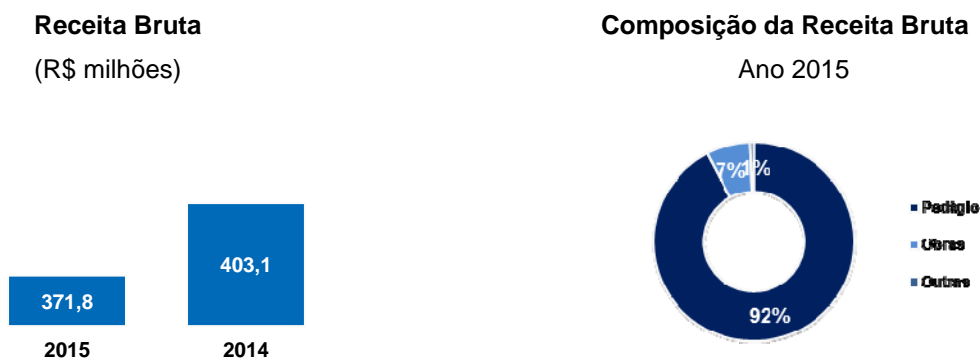


## Relatório da Administração



### Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$371,8 milhões em 2015, queda de 7,8% em relação aos R\$403,1 milhões registrados em 2014.



Apesar da queda do tráfego em 4,4% como comentado, a receita de pedágio teve um leve crescimento 0,13%, passando de R\$342,8 milhões em 2014 para R\$343,2 milhões em 2015, compensado pelo reajuste das tarifas básicas praticadas em 4,11% à partir de 01/07/2015, com base na evolução do IGPM entre os meses de junho de 2014 e maio de 2015, levado em consideração, além da previsão contratual, o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 11/2011, bem como o Termo de Retirratificação ao sobredito TAM, formalizado em 25/06/2015.

Já a receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, diminuíram R\$31,8 milhões em 2015, passando de R\$58,0 milhões para R\$26,2 milhões quando comparada a 2014. A justificativa dessa diminuição é o término da obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP, incluída no cronograma do Contrato de Concessão em 2013.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$2,4 milhões (3,3% maior) em 2015 em comparação a 2014.

No ano de 2015, a Companhia obteve receita líquida de R\$341,9 milhões, R\$31,3 milhões inferior ao ano de 2014, justificados pelas informações já citadas.

**Relatório da Administração****Custos e Despesas** (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custo dos serviços de construção	(26,2)	(58,0)	-54,8%
Serviços de terceiros	(13,2)	(18,1)	-27,0%
Pessoal	(24,0)	(18,9)	27,1%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(36,0)	(38,2)	-5,6%
Conservação	(9,3)	(7,1)	31,4%
Custos com poder concedente	(5,2)	(5,2)	0,1%
Seguros e garantias	(2,1)	(2,0)	5,6%
Remuneração da Administração	(1,9)	(1,4)	38,3%
Consumo	(6,7)	(4,6)	45,3%
Outros	(5,2)	(6,7)	-21,9%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(129,9)</b>	<b>(160,1)</b>	<b>-18,9%</b>

Os custos e despesas totais (excluindo depreciações e amortizações), em 2015 tiveram redução de R\$ 30,2 milhões (18,9% ) em comparação ao exercício de 2014.

As reduções são justificadas pelos seguintes fatores:

- R\$31,8 milhões com os “Custos de Serviços de Construção” pelo término da obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP, incluída no cronograma do Contrato de Concessão em 2013;
- R\$4,9 milhões dos custos com serviços de terceiros pela remodelagem dos contratos da APH, Transportes de Colaboradores e Serviços de Guincho;
- R\$ 2,2 milhões da provisão de manutenção decorrentes da postergação dos serviços de conserva especial referente à 3ª Intervenção do Pavimento;
- R\$ 1,5 milhão em outros devido à reclassificação, em 2015, de valores relacionados aos custos e despesas de manutenção/conservação de móveis/imóveis para a conta de “Conservação”;

Em contrapartida, quando comparamos os grupos abaixo, verificamos um aumento em relação ao ano de 2014 justificados por:

- R\$5,1 milhões na despesa com pessoal, pelo reajuste do dissídio coletivo da categoria em 7% e aumento referente ao rateio das despesas corporativas e verbas rescisórias devido à alteração da estrutura organizacional da empresa;
- R\$ 2,2 milhões dos serviços de conserva de rotina principal variação reclassificação da conta “Outros”;

**Relatório da Administração**

- Aumento em R\$0,5milhão com pagamento da remuneração da administração tendo como destaque a inclusão do rateio das despesas do Diretor Presidente das concessionárias estaduais no ano de 2015;
- Acréscimo em R\$2,1 milhões na conta de consumo tendo como impacto principal, o reajuste da tarifa de energia elétrica;

**EBITDA e EBITDA Ajustado**

<b>EBITDA</b>			
R\$ milhões	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Var.</b>
Receita líquida	341,9	373,2	-8,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(129,9)	(160,1)	-18,9%
<b>EBITDA</b>	<b>212,0</b>	<b>213,1</b>	-0,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	36,0	38,2	-5,6%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>248,0</b>	<b>251,2</b>	<b>-1,3%</b>

EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2015 em R\$248,0 milhões, com uma redução de 1,3% em relação ao ano anterior. Esse decréscimo foi gerado principalmente pela redução das provisões de manutenção observadas no período.

## Relatório da Administração



### Resultado Financeiro

#### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	52,4	51,3	2,2%
Despesas Financeiras	(71,0)	(65,9)	7,7%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(18,6)</b>	<b>(14,6)</b>	<b>27,1%</b>

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$18,6 milhões, 27,1% maior em relação ao ano de 2014. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

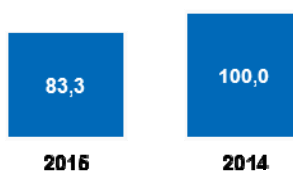
- As receitas financeiras apresentaram um aumento 2,2%, que correspondeu a R\$1,1 milhão. Este aumento está diretamente relacionado ao aumento da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a qual são remuneradas as aplicações financeiras e os contratos de mútuos;
- As despesas financeiras sofreram aumento de R\$24,9 milhões (7,7%) em consequência da variação maior da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), os quais são aplicados para a remuneração das operações de debêntures.=

### Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com uma queda de R\$16,7 milhões em seu lucro líquido quando comparado aos R\$100,0 milhões do ano anterior. Este resultado se deu principalmente em função do aumento das despesas de depreciação e amortização devido à imobilização da obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP.

#### Lucro Líquido

(R\$ milhões)



**Relatório da Administração****Endividamento**

R\$ milhões	2015	2014	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>339,1</b>	<b>481,4</b>	<b>-29,6%</b>
Curto Prazo	181,3	172,1	5,4%
Longo Prazo	157,8	309,3	-49,0%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	(104,9)	(100,3)	4,6%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>234,2</b>	<b>381,1</b>	<b>-38,5%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento bruto totalizou R\$339,1 milhões, apresentando uma redução de R\$142,3 milhões ou 29,6% em relação ao ano anterior. A redução da dívida resulta da amortização de principal e juros provenientes das operações de 1ª e 3ª Emissão de debêntures.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2015 em R\$234,2 milhões, apresentando uma redução de R\$146,9 milhões em relação ao montante de R\$381,1 milhões registrado no encerramento do exercício de 2014. O grau de alavancagem medido pela dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 1,0.

**DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Durante o ano de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio, que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

A distribuição dos mesmos segue abaixo representada:

Proventos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendos	27/03/2015	27/03/2015	R\$ 49,4 milhões
Dividendos	25/09/2015	30/09/2015	R\$ 32,4 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	27/03/2015	27/03/2015	R\$5,6 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	25/09/2015	30/09/2015	R\$3,4 milhões

## Relatório da Administração



### INVESTIMENTOS

Em 2015, a Autovias investiu R\$28,6 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$23,0 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- Duplicação da SP 318 (trecho do km 241 ao 243), incluindo dispositivos de acesso/retorno e obras de arte Especiais;
- 3ª intervenção programada de pavimento das rodovias SP 255, SP318, SP 330, SP334 e SP 345;
- recuperação de obras de arte;
- implantação de sinalização (horizontal e vertical) e dispositivos de segurança;
- sistemas de controle de tráfego e de arrecadação.

### RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade:

	2015	2014
Empregos diretos	306	302
Índice de rotatividade	4,33%	5,99%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação majoritária de 54,6% de mulheres , contra 45,4% de homens . A média de idade está concentrada em 34 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (Antigo Segundo Grau), com 68% dos profissionais. Vale mencionar que 19% possuem superior completo.

Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 8.341 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 27:25 horas de treinamento por profissional.

### RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

#### Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover



## Relatório da Administração



segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

### Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

### Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

### Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

## Relatório da Administração



### Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. . O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

### Apoio aos projetos de incentivo fiscal

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

### Voluntariado

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

### AGRADECIMENTOS

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

## Relatório da Administração



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

#### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

#### Diretoria

*Linomar Barros Deroldo*  
Diretor Presidente

*Alessandro Scotoni Levy*  
Diretor de Relações com Investidores

*Maria de Castro Michelin*  
Diretora Jurídica

#### Conselho de Administração

*David Antonio Díaz Almazán*  
Conselheiro

*Marta Casas Caba*  
Conselheira

*Marcos Pinto Almeida*  
Conselheiro

## Notas Explicativas

### *Autovias S.A.*

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores  
Independentes

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 1 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant’anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A. A concessionária conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

#### 2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 10 e 15, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais 3 meses e 19 dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 18 de dezembro de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Autovias S.A. acordou junto à Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("ARTESP") a inclusão, no contrato de concessão, de uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, pelo valor estimado de R\$ 91 milhões. A inclusão das obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro serão realizados por meio da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, cujo reequilíbrio se dará com a extensão do prazo de concessão do contrato da Autovias S.A. estimada por 6 meses, levando o término da concessão para maio de 2019.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho de cada ano com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente"), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do secretário estadual de logística e transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013.

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,17%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 27 de junho de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Na data base de 31 de dezembro de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na BR/SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'anna

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 2,80 e 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre os km 48,35 e 77,00.

Na BR/SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior

- Implantação de faixas adicionais do km 257,80 ao km 280,00.

Na BR/SP 330 - Rodovia Anhanguera

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (km 17,20).

Na BR/SP 334 - Rodovia Cândido Portinari

- Complementação da duplicação no trecho entre os km 322,00 e 337,00;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 337,00 e 348,00;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 358,00 e 395,50.

Na BR/SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre os km 10,00 e 36,00;
- Implantação de vias marginais entre os km 30,00 e 35,00 do lado direito e entre os km

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

33,00 e 35,00 do lado esquerdo.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$101.927 (R\$121.544 em 31 de dezembro de 2014) referente a investimento para melhorias na infraestrutura, e de R\$169.238 (R\$178.278 em 31 de dezembro de 2014) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Os valores referentes à 31 de dezembro de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

### 3. BASE DE PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contrato de concessão.

#### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

#### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

#### Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

#### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

#### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

##### a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

##### b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

##### c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

#### Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

#### Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

#### Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

#### Instrumentos financeiros passivos

##### a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

##### c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 15.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social conforme a nota explicativa nº 7.

#### Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

#### Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

#### Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

**Provisão para investimentos:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujo benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

**Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

**Credores da concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	57.661	30.078
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	56.241	27.773
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.420)</u>	<u>(2.305)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	8.856	8.279
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	8.634	8.075
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(222)</u>	<u>(204)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	3.729	2.900
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	3.279	2.412
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(450)</u>	<u>(488)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	73.955	89.313
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	66.525	76.594
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(7.430)</u>	<u>(12.719)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	14.472	20.948
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	13.211	18.669
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.261)</u>	<u>(2.279)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.



## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

#### Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 17.

#### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)
Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	(1)
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	(1)
Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Fornece os esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.	(2)
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.	(2)
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(3)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge. Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores	(3)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(4)

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

- (1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;
- (2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;
- (3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;
- (4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações fossem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
<p>Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados</p>	<p>Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado.</p>
<p>Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)</p>	<p>As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.</p>

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.592	2.142
Aplicações financeiras (*)	47.577	39.430
Total	<u>49.169</u>	<u>41.572</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundos de investimentos exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 101,13% da variação do CDI no período.

## 6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	20.758	19.023
Cupons de pedágio a receber	177	242
Cartões de pedágio a receber	210	121
Receitas acessórias a receber	184	144
Total	<u>21.329</u>	<u>19.530</u>

(\*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	1.679	1.157
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	937	967
Provisão para manutenção	122.766	104.367
Ajuste dos encargos financeiros	2.708	1.565
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (b)		
Diferenças ativas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	37.943	37.943
Amortização ativas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(17.075)	(9.486)
Base de cálculo	<u>148.958</u>	<u>136.513</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>50.646</u>	<u>46.414</u>

(a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016	17.156
2017	16.745
2018	16.745
	<u>50.646</u>

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes as debêntures. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

**Debêntures – Sinking Fund**

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela de principal (anual) das debêntures da 1ª emissão 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor da aplicação é de R\$55.702 (R\$58.734 em 31 de dezembro de 2014), essas aplicações foram remuneradas em média 98,10% da variação do CDI.

**Notas Explicativas****AUTOVIAS S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**9. IMOBILIZADO**

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2013	616	733	309	630	2.288
Adições	56	345	44	18	463
Transferências / Reclassificações	420	(59)	20	(163)	218
Alienações/baixas	(1)	(14)	-	-	(15)
Saldo em 31.12.2014	1.091	1.005	373	485	2.954
Adições	86	223	-	-	309
Alienações/baixas	-	-	(191)	-	(191)
Saldo em 31.12.2015	1.177	1.228	182	485	3.072
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2013	(438)	(722)	(127)	(562)	(1.849)
Depreciações	(76)	(88)	(61)	(98)	(323)
Transferências / Reclassificações	(239)	142	(12)	340	231
Alienações/baixas	1	14	-	-	15
Saldo em 31.12.2014	(752)	(654)	(200)	(320)	(1.926)
Depreciações	(100)	(128)	(41)	(40)	(309)
Alienações/baixas	-	-	138	-	138
Saldo em 31.12.2015	(852)	(782)	(103)	(360)	(2.097)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	339	351	173	165	1.028
Saldo em 31.12.2015	325	446	79	125	975
Taxas de depreciação - a.a.	12%	21%	20%	11%	

## Notas Explicativas

## AUTOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

## 10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2013	624.530	28.254	192	3.068	40.274	59	696.377
Adições	6.229	-	-	443	50.441	909	58.022
Transferências / Reclasseificações	76.192	-	-	-	(76.410)	-	(218)
Alienações/baixas	(207)	-	-	(11)	-	(312)	(530)
Saldo em 31.12.2014	706.744	28.254	192	3.500	14.305	656	753.651
Adições	17.224	-	-	138	9.553	-	26.915
Transferências / Reclasseificações	9.028	-	-	572	(9.600)	-	-
Alienações/baixas	(72)	-	-	-	-	(656)	(728)
Saldo em 31.12.2015	732.924	28.254	192	4.210	14.258	-	779.838
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2013	(401.279)	(20.970)	(141)	(2.076)	-	-	(424.466)
Amortizações	(49.738)	(1.486)	(10)	(271)	-	-	(51.505)
Transferências / Reclasseificações	(231)	-	-	-	-	-	(231)
Alienações/baixas	160	-	-	1	-	-	161
Saldo em 31.12.2014	(451.088)	(22.456)	(151)	(2.346)	-	-	(476.041)
Amortizações	(68.958)	(2.228)	(10)	(352)	-	-	(71.548)
Alienações/baixas	38	-	-	-	-	-	38
Saldo em 31.12.2015	(520.008)	(24.684)	(161)	(2.698)	-	-	(547.551)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	255.656	5.798	41	1.154	14.305	656	277.610
Saldo em 31.12.2015	212.916	3.570	31	1.512	14.258	-	232.287
Taxas de amortização - a.a.	31%	31%	31%	31%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo



**Notas Explicativas**AUTOVIAS S.A.NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	outubro/2017	428	286
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos (Finame) (a)	6,00% a.a.	outubro/2017	<u>355</u>	<u>782</u>
Total			<u><u>783</u></u>	<u><u>1.068</u></u>

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam vencimento em 2017.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

**12. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.12.2015		31.12.2014	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	120.000	IPCA + 8,0% a.a.	março/2017	74.662	49.518	63.524	104.984
3ª emissão (b)	<u>30.000</u>	CDI + 0,83% a.a.	agosto/2017	<u>106.616</u>	<u>108.000</u>	<u>108.912</u>	<u>204.000</u>
	<u>150.000</u>			<u>181.278</u>	<u>157.518</u>	<u>172.436</u>	<u>308.984</u>
Custo de transação				<u>(371)</u>	<u>(106)</u>	<u>(619)</u>	<u>(477)</u>
Total				<u><u>180.907</u></u>	<u><u>157.412</u></u>	<u><u>171.817</u></u>	<u><u>308.507</u></u>

(a) 1ª emissão 2ª série de debêntures de 15 de março de 2010, com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

(b) 3ª emissão de debêntures emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
1ª emissão	15.03.2010	120.000	27.04.2010	121.900
3ª emissão	18.12.2013	300.000	26.12.2013	300.363
		<u>420.000</u>		<u>422.263</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e amortizada anualmente em 3 parcelas a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão é paga semestralmente desde 20 de fevereiro de 2014 e seu valor nominal amortizado em 6 parcelas semestrais, desde fevereiro de 2015.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam vencimento em 2017.

As debêntures da 1ª emissão 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivada na CVM.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas até o limite de 51%. Atualmente esse percentual se encontra em 51%.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 8.

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

## 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A. (d)	28.669	33.225
Contas a receber:		
Centrovias S.A. (a)	154	73
Intervias S.A. (a)	159	75
Vianorte S.A. (a)	40	80
Total	<u>29.022</u>	<u>33.453</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Arteris S.A. (d)	<u>253.201</u>	<u>354.230</u>
Total	<u>253.201</u>	<u>354.230</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	1.568	1.024
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(c)	1.400	2.080
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.(c)	313	172
Intervias S.A. (a)	-	-
Centrovias S.A. (a)	-	6
Vianorte S.A. (a)	-	49
Total	<u>3.281</u>	<u>3.331</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	<u>4.324</u>	<u>4.913</u>
Total	<u>4.324</u>	<u>4.913</u>

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d)	Despesas gerais (a)/(b)
Arteris S.A.	-	44.340	14.295	-	39.088	10.732
Latina Manutenção de Rodovias	11.034	-	-	24.096	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	3.582	-	-	3.226	-	-
Total	<u>14.616</u>	<u>44.340</u>	<u>14.295</u>	<u>27.322</u>	<u>39.088</u>	<u>10.732</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio dos custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,037% a 1,6% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
22.08.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a. (i)	40.000	3.758	30.770
18.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a. (iii) (iv)	19.892	613	36.203
04.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	3.000	2.754	2.131
17.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a. (ii)	-	-	16.173
26.12.2012	dezembro/2017	CDI + 1,6% a.a.	15.000	5.273	2.990
07.02.2013	dezembro/2017	CDI + 1,6% a.a.	53.000	18.033	10.034
05.03.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	6.676	2.601
01.04.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	30.000	6.408	2.363
25.06.2014	dezembro/2017	CDI + 1,40% a.a.	40.000	7.463	2.190
			<u>230.892</u>	<u>50.978</u>	<u>105.455</u>

(i) Em março de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$32.552 referente a juros incorridos.

(ii) Em fevereiro de 2015 a Sociedade recebeu integralmente R\$39.722 sendo R\$16.722 referente a juros incorridos e R\$23.000 de principal.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

(iii) Em agosto de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$51.000 sendo R\$42.339 referente a juros incorridos e R\$8.661 de principal.

(iv) Em setembro de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$20.000 sendo R\$553 referente a juros incorridos e R\$19.447 de principal.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$1.941 (R\$1.404 em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade ou outras partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.679 e R\$1.157.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

## 14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda	4.646	8.598
Contribuição social	2.530	3.248
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	29	488
Programa de integração social - PIS	224	193
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.080	891
Tributos federais retidos	178	227
Impostos sobre serviços - ISS	1.608	1.620
Total	<u>10.295</u>	<u>15.265</u>

## 15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Circulante				
Direito de outorga	8.191	7.634	8.413	7.838
Parcela variável (a)	443	441	443	441
Total	<u>8.634</u>	<u>8.075</u>	<u>8.856</u>	<u>8.279</u>
Não circulante				
Direito de outorga	13.211	18.669	14.472	20.948
Total	<u>13.211</u>	<u>18.669</u>	<u>14.472</u>	<u>20.948</u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015****(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Quantidade de parcelas	12	20	32

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$13.165 (R\$7.980 de parcela fixa e R\$5.185 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	8.055
2018	5.156
	<u>13.211</u>

**16. PROVISÕES****Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.



**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversão</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	943	874	(89)	(825)	903
Trabalhistas	24	972	-	(962)	34
Total	<u>967</u>	<u>1.846</u>	<u>(89)</u>	<u>(1.787)</u>	<u>937</u>
	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversão</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	1.003	82	(106)	(36)	943
Trabalhistas	49	12	(31)	(6)	24
Total	<u>1.052</u>	<u>94</u>	<u>(137)</u>	<u>(42)</u>	<u>967</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e outros, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$917, R\$1.070 e R\$746, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$915 e R\$857 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$963 (R\$121 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos.

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2014	27.773	76.594	2.412
Adições	-	29.804	715
Utilizações	(20.305)	-	-
Ajuste a valor presente	-	8.900	152
Transferências	48.773	(48.773)	-
Saldo em 31.12.2015	<u>56.241</u>	<u>66.525</u>	<u>3.279</u>
Saldos em 31.12.2013	16.314	68.697	2.268
Adições	-	21.353	-
Utilizações	(6.949)	-	-
Ajuste a valor presente	-	4.952	144
Transferências	18.408	(18.408)	-
Saldos em 31.12.2014	<u>27.773</u>	<u>76.594</u>	<u>2.412</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referente às manutenções realizadas, foram de R\$22.954 (R\$22.364 em 31 de dezembro de 2014).

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$128.514, integralizado pelo valor de R\$117.655. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	31.12.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	125.040.451	114.181.880	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

### Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

**Distribuição de dividendos**

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$49.432, pagos em março de 2015 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 18 de setembro de 2015 a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$32.399, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros a títulos de dividendos declarados na Reunião da Administração de 18 de setembro de 2015.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro líquido do exercício	83.308	99.861
Base de cálculo	83.308	99.861
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>20.827</u>	<u>24.965</u>
Dividendos antecipados	(32.399)	(42.332)
Juros sobre capital próprio	(9.083)	(8.097)
Dividendos adicionais propostos	<u>(41.826)</u>	<u>(49.432)</u>
	<u>(83.308)</u>	<u>(99.861)</u>

**Juros sobre capital próprio**

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$9.083, líquido de R\$1.362, referente ao imposto de renda retido na fonte. Deste montante R\$3.397 foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2015 e R\$4.324 esta previsto para o decorrer de 2016.

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

## 18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	343.262	342.833
Receita de serviços de construção	26.200	57.995
Outras receitas	2.350	2.274
	<u>371.812</u>	<u>403.102</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	371.812	403.102
ISSQN	(17.213)	(17.186)
PIS	(2.269)	(2.271)
COFINS	(10.469)	(10.484)
Receita líquida	<u>341.861</u>	<u>373.161</u>

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

## 19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(11.072)	(8.194)
Serviços de terceiros	(3.732)	(4.247)
Manutenção de bens e conservação	(200)	(170)
Depreciação / Amortização	(347)	(323)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(59)	43
Seguros/Garantias	(9)	(32)
Consumo	(4.511)	(3.629)
Transportes	(579)	(514)
Outros	(1.943)	(1.899)
Total	<u>(22.452)</u>	<u>(18.965)</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da Construção	(26.200)	(57.995)
Com pessoal	(12.922)	(10.677)
Serviços de terceiros	(8.649)	(13.879)
Conservação	(7.151)	(6.921)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(1.961)	(1.315)
Consumo	(2.183)	(1.555)
Transportes	(3.522)	(2.542)
Seguros / Garantias	(2.063)	(1.931)
Custos com poder concedente	(5.187)	(5.183)
Provisão de manutenção em rodovias	(36.020)	(38.173)
Depreciação / Amortização	(71.510)	(51.505)
Outros	(97)	(187)
Total	<u>(177.465)</u>	<u>(191.863)</u>

**Notas Explicativas**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

---

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	44.340	39.088
Aplicações financeiras	7.999	12.164
Outras receitas	69	-
Total	<u>52.408</u>	<u>51.252</u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(56.589)	(57.434)
Atualização monetária do ônus da concessão	(3.079)	(2.443)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(9.052)	(5.096)
Outras despesas	(2.247)	(882)
Total	<u>(70.967)</u>	<u>(65.855)</u>

## 21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	3.009	5.819
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	4.324	4.913
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(27.317)	(6.047)

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

**22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	121.572	146.634
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(41.334)	(49.856)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	3.088	2.753
Outros ajustes	(18)	330
Despesa contabilizada	<u>(38.264)</u>	<u>(46.773)</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(42.496)	(50.743)
Diferido	4.232	3.970
	<u>(38.264)</u>	<u>(46.773)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou antecipadamente esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2014.

**23. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	83.308	99.861
Número de ações durante o ano	<u>125.040</u>	<u>125.040</u>
Lucro por ação	<u>0,66625</u>	<u>0,79863</u>

Não há diferença entre o lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
**(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

---

por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados ou outras opções a serem conciliadas.

**24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

**Gestão de risco de capital**

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

**Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.



**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	31.12.2015	31.12.2014
	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	49.169	41.572
Aplicações financeiras	55.702	58.734
Partes relacionadas	282.223	387.683
Contas a receber clientes	21.329	19.530
Outras contas a receber	1.027	213

Passivos	31.12.2015	31.12.2014
	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	7.624	7.299
Empréstimos e financiamentos	783	1.068
Debêntures	338.319	480.324
Partes relacionadas	7.605	8.244
Credores pela concessão	21.845	26.744
Outras contas a pagar	392	428

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

**Riscos de mercado**

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(21.168)	(26.905)	(32.108)	(16.561)
Receita de aplicações (*)	14.129	17.651	21.181	10.591
Receita financeira de mútuo (*)	42.736	52.349	61.924	33.083
IPCA	7,44%	9,30%	11,16%	5,58%
Juros a incorrer (*)	(14.071)	(15.848)	(17.629)	(12.297)
Juros a incorrer (*)	21.626	27.247	33.368	14.816

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*)Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$20.758 (R\$19.023 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	Total
Debêntures - CDI	14,20%	122.090	118.343	-	240.433
Debêntures - IPCA	20,10%	69.401	73.068	-	142.469
B. Brasil - Finame	6,00%	461	365	-	826
Credores pela concessão	10,60%	8.965	9.507	6.629	25.101
Total		<u>200.917</u>	<u>201.283</u>	<u>6.629</u>	<u>408.829</u>

## 25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

## 26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	18.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	98.611

(\*) Por Sinistro.

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

#### SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Autovias S.A.

Ribeirão Preto - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Autovias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autovias S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 156465/O-9

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica